

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura
Período de Análise: 01 a 28 de Fevereiro de 2009.
Área Temática: Biocombustíveis**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Isto é Dinheiro Rural
Revista Globo Rural

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL.....	3
Etanol	3
Mercado espera oferta maior, e preços do álcool recuam – Vanessa Correa – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/02/2008.....	3
Cana e laranja enfrentam corte de vagas – Gitânio Fortes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/02/2009.....	3
Colheita de cana superará 500 milhões de toneladas - Mônica Scaramuzzo – Valor econômico – Agronegócios - 04/02/2009.....	4
Inadimplência de usinas com as indústrias de base diminui - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 06/02/2009.....	5
POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS.....	6
Biodiesel	6
Biodiesel ainda não tem fiscalização nos postos - Ramona Ordoñez – O Globo – Economia – 08/02/2009.....	6
Inclusão de agricultores familiares na cadeia do biodiesel é apresentada para missão africana – Sítio eletrônico do MDA – 05/02/2009.....	8
ANP quer mais biodiesel no diesel este ano – Valor econômico – Brasil - 03/02/2009.....	9
Etanol	9
O lado negro da energia verde – Gazeta Mercantil – 05/02/2009.....	9
Energia - o Brasil na contramão? - José Goldemberg – Estado de São Paulo – Opinião – 16/02/2009.....	11

Segunda quinzena

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL.....	13
Etanol	13
Usinas tentam renegociar dívidas de R\$ 3,45 bilhões - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 12/02/2009.....	13
CTC vai abrir fábrica que produzirá 1 milhão de mudas de cana por mês - Mônica Scaramuzzo – Valor econômico – Agronegócios - 16/02/2009.....	15
Preço do álcool cai em plena entressafra – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 16/02/2009.....	16
POLÍTICA NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS.....	16
Etanol	16
Sem alternativas – Folha de São Paulo – Opinião – 23/02/2009.....	16
Energia limpa que os ventos podem trazer – Idelli Salvatti – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 27/02/2009.....	17
O Brasil acelera em marcha à ré - José Eli da Veiga – Valor Econômico - 17/02/2009.....	19

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL

Etanol

Mercado espera oferta maior, e preços do álcool recuam – Vanessa Correa – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/02/2008

A percepção do mercado distribuidor de que haverá uma oferta maior do que a esperada nesta entressafra fez o preço do álcool hidratado recuar 4,35% em relação à semana anterior, para R\$ 0,7850 por litro, de acordo com relatório do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Agrícola) divulgado ontem.

Embora em menor escala, 1,27%, também recuaram os preços do álcool anidro, usado na adição de 25% do álcool à gasolina. Para Antonio de Padua Rodrigues, diretor técnico da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), não há "fundamento para uma queda de preços tão acentuada", já que o mercado está em equilíbrio. Ele atribui a queda nos preços aos distribuidores. "Eles deixam de comprar por um ou dois dias, e o produtor, descapitalizado, tem medo e acaba vendendo por um preço menor."

Do lado da demanda, Padua, avalia que ela foi maior do que a esperada. Além de as pessoas terem deixado de viajar por causa da crise, gerando maior circulação de carros, houve um incremento de 3% nas vendas de carros flex em janeiro. O diretor de álcool do Sindicom (Sindicato dos Distribuidores de Combustíveis), Roberto Beck, nega que distribuidores forcem a queda de preços. Diz que esse recuo se deve a uma entressafra atípica, com oferta de álcool relativamente estável. Ele afirma que pesou para a queda o fato de os preços terem subido 1,9% na primeira semana de fevereiro.

Cana e laranja enfrentam corte de vagas – Gitânio Fortes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/02/2009

O desemprego perturba dois pilares do interior de São Paulo. De um lado, o setor de açúcar e álcool liderou o fechamento de vagas da indústria do Estado no fim do ano passado. Em janeiro, a retração prosseguiu. De outro, em cinco anos, o total de postos de trabalho na cadeia da laranja encolheu de 400 mil pessoas para 250 mil, estima um centro de pesquisas de Ribeirão Preto.

O setor sucroalcooleiro costuma demitir muito na virada do ano em razão do encerramento da safra da cana. Mas dezembro deixou um gosto ainda mais amargo. Das 130 mil dispensas da indústria paulista no último mês do ano passado, 79.248 (61%) ocorreram na cadeia da cana -alta de 28,7% ante dezembro de 2007. O setor sucroalcooleiro fechou com saldo positivo de 20,8 mil vagas em 2007. Em 2008, houve redução de 4.341, apontou a Fiesp. Em janeiro, a metodologia da pesquisa mudou. Os dois segmentos em que a cadeia da cana foi incluída se retraíram. O de produtos alimentícios, em 0,8%, ante

dezembro. O de coque, produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis, em 3,3%. Há dois motivos para esse impacto, diz Antonio de Padua Rodrigues, diretor técnico da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar). Primeiro, o avanço da colheita mecanizada. Padua estima que 2008 tenha terminado com 50% da área colhida com máquinas. Em 2007 foram 46%. Em segundo lugar, pesaram os efeitos da crise. Padua prevê para o próximo mês a retomada do emprego no setor. Algumas usinas vão antecipar a colheita, que costuma começar em maio. As chuvas no segundo semestre do ano passado deixaram "muita cana em pé" (sem ser colhida), que poderá ser aproveitada agora.

Inflexão cítrica - A cana não está só. Com o valor do produto em queda no exterior, a cadeia da laranja passa por um momento de inflexão, como deixou claro o recente fechamento da unidade da Citrosuco em Bebedouro (SP). Foram cortados 208 empregos. Estudo de campo de 2003 mostrou que a cadeia da laranja empregava 400 mil pessoas. Em 2008, o número deve ter caído para a faixa de 250 mil a 300 mil, estima Frederico Lopes, sócio da Markestrat, centro de pesquisas de Ribeirão Preto. Se o processamento permanece em torno de 300 milhões de caixas, o total de produtores baixou de 27 mil para 10 mil em cinco anos. Os pomares encolheram de 800 mil para 600 mil hectares.

Colheita de cana superará 500 milhões de toneladas - Mônica Scaramuzzo – Valor econômico – Agronegócios - 04/02/2009

A produção de cana-de-açúcar no Centro-Sul do país deverá superar pela primeira vez a marca de 500 milhões de toneladas nesta safra (2008/09), graças à continuidade da moagem da matéria-prima durante o período de entressafra, confirmou ontem a União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica). Até o dia 15 de janeiro, 46 usinas mantiveram o processamento da cana e pelo menos dez unidades poderão emendar uma safra na outra, se o clima permitir. Até agora, 26 unidades continuam em operação.

Levantamento da Unica mostra que até o dia 15 de janeiro a moagem totalizou 499,6 milhões de toneladas, volume 15,88% maior em relação ao ciclo anterior. Na primeira quinzena do mês, a moagem totalizou 2,34 milhões de toneladas de cana. "A moagem ainda continua porque muitos projetos de novas usinas iniciaram suas operações no fim do ano passado", afirmou Antonio de Padua Rodrigues, diretor-técnico da Unica. A maior produtividade registrada no período também colaborou para o bom desempenho do setor sucroalcooleiro.

A produção de açúcar totalizou 26,75 milhões de toneladas até o dia 15 de janeiro, alta de 2,11% sobre a safra 2007/08. A oferta de etanol, no mesmo período, atingiu 24,79 bilhões de litros, 22,59% superior ao total produzido na safra anterior.

No mercado interno, as vendas de etanol entre abril de 2008 e o dia 15 de janeiro de 2009 foram de 16,4 bilhões de litros, 25,2% maior sobre igual período do ciclo anterior. Já as exportações no mesmo período ficaram em 3,98 bilhões de litros, 67,2% superior ao verificado no mesmo período da safra passada.

Para 2009/10, a expectativa do mercado é de que a safra bata novo recorde, mesmo com boa parte das usinas passando por uma situação financeira delicada. O aumento da produção refletirá as expansões em curso de grupos do setor.

Inadimplência de usinas com as indústrias de base diminui - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 06/02/2009

O índice de inadimplência do setor sucroalcooleiro com as indústrias de base, boa parte instaladas nas cidades paulistas de Piracicaba e Sertãozinho, encerrou o mês de janeiro entre 12% e 13%, uma queda expressiva em relação aos 36% alcançados em novembro. A fotografia atual mostra que esse segmento ainda continua afetado pela crise financeira, mas já começa a dar sinais de que poderá atravessar o ano de 2009 fora da UTI.

No auge da crise, as indústrias de base tiveram 22% dos seus pedidos cancelados e outros 28% postergados. Com cerca de 400 usinas em operação no país, os projetos de novas usinas somavam cerca de 100 unidades no ano passado, com investimentos entre US\$ 15 bilhões e US\$ 20 bilhões.

Maior indústria de base do país com vocação sucroalcooleira, a Dedini, com sede em Piracicaba (SP), atualmente participa direta e indiretamente de 68 projetos de usinas em construção no Brasil, afirmou ao Valor José Luiz Olivério, vice-presidente de operações da companhia. "Alguns contatos dos projetos que foram adiados começaram a ser retomados", disse. De acordo com ele, há 31 projetos em fase de consultas.

Atingida diretamente pela crise que afetou as usinas de açúcar e álcool, que enfrentam escassez de crédito, a Dedini teve de renegociar prazos de pagamentos com seus clientes. "Não fomos atingidos pela inadimplência porque renegociamos prazos", disse Olivério. Antes da crise global, o índice de inadimplência desse segmento ficava abaixo de 1%.

Durante o boom dos investimentos para a construção de novas plantas, sobretudo entre 2005 e 2007, muitas indústrias de base contrataram a rodo, estimuladas pela demanda voltada para este segmento. "Houve um crescimento anormal, acima da média. Uma mudança dessas [com a crise] provoca mesmo perdas de postos de trabalho", afirmou Sérgio Fortuoso, gerente-executivo da Associação Comercial e Industrial de Piracicaba (Acipi).

E nesse período de euforia, aposentados e aprendizes foram recrutados para dar conta dos pedidos. A partir do segundo semestre de 2008, por conta do agravamento da crise financeira, a realidade mudou drasticamente. Levantamento do Sindicato dos Metalúrgicos de Piracicaba e região mostra que o número de demissões dessas indústrias chegou a 3 mil em 2008, sobretudo em dezembro.

Com cerca de 5 mil funcionários, a Dedini não passou incólume e teve de fazer ajustes. A empresa demitiu cerca de 150 pessoas no fim de 2008 e outras 90 durante esta semana, disse José Florêncio da Silva, vice-presidente do sindicato. Já a NG Metalúrgica, com 1.300 trabalhadores e duas fábricas na região de Piracicaba, ainda não fez ajustes, segundo Nilson Feroni, coordenador de recursos humanos da metalúrgica. "Os pedidos reduziram, mas estamos cumprindo contratos fechados anteriormente", afirmou. A empresa produz turbinas e destilarias. Em Sertãozinho, importante polo produtor da região de Ribeirão Preto, demissões ocorreram, também principalmente em dezembro, e novos cortes devem ser feitos no início da colheita a partir de março, afirmou Flávio Vicari, diretor-executivo do Ceise (Centro Nacional das Indústrias do Setor Sucroalcooleiro e Energético).

As empresas mais afetadas são as que prestam serviços para as indústrias de base maiores. Nessa região, cerca de 550 empresas empregam aproximadamente 17 mil trabalhadores. Desse total, pelo menos cerca de 5% podem perder seus postos de trabalho no início da nova safra, a 2009/10, a partir de março, como reflexo da crise. "Há uma

expectativa de retomada a partir do segundo semestre, considerando os projetos que entrarão em operação a partir de 2010, 2011 e 2012 serão retomados", afirmou Vicari. "A tendência é que as indústrias de base também passem por um processo de reestruturação no futuro, com movimento de fusões", acrescentou o diretor do Ceise.

De acordo com Silva, do sindicato de Piracicaba, a "boa" notícia no meio deste cenário de crise é que as indústrias que fazem manutenção para as usinas ainda não demitiram ninguém. "Negociamos para que as indústrias dispensem trabalhadores que possuam alguma renda, como os aposentados." Para Plínio Nastari, presidente da consultoria Datagro, as indústrias de base não deverão receber pesados pedidos para novas encomendas tão cedo. "O que vai ocorrer são encomendas de projetos já previstos." Segundo Nastari, as usinas de açúcar e álcool começaram a registrar margem líquida positiva a partir de outubro. "A crise continua afetando as usinas, mas num contexto em que a demanda por exportações de açúcar é crescente e a de álcool também, em menor ritmo. Em outros segmentos, como em mineração, siderurgia, por exemplo, os preços caem e a demanda também. Isso é mortal para o fluxo de caixa dessas empresas. No setor sucroalcooleiro, a demanda é firme. Mas a prioridade delas agora não é investir, mas garantir fluxo de caixa."

POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS

Biodiesel

Biodiesel ainda não tem fiscalização nos postos - Ramona Ordoñez – O Globo – Economia – 08/02/2009

Poucos se lembram, e muitos já esqueceram. Mas há um ano é obrigatória por lei a adição de biodiesel — feito a partir das plantas (óleos vegetais) ou de animais (gordura animal) — no óleo diesel, combustível para carros e caminhões.

Inicialmente a adição obrigatória foi de 2% e, desde meados de 2008, passou a 3%.

Mais grave que o desconhecimento do consumidor, no entanto, é o fato de que não existe ainda um sistema de fiscalização do governo com equipamentos apropriados para testar nas bombas dos postos se o diesel vendido tem realmente 3% de biodiesel.

O alerta sobre a falta de fiscalização foi feito pelo vice-presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis (Sindicom), Alísio Vaz. Ele destaca que, com isso, as distribuidoras que fazem a mistura acabam sendo prejudicadas e perdem os consumidores, já que o preço do biodiesel é mais caro.

E no atual ambiente de crise econômica mundial alguns executivos do setor de distribuição temem que o desenvolvimento desses equipamentos de fiscalização demore ainda mais por causa dos custos elevados.

A falta de informação sobre a adição de biodiesel ainda é ampliada pelo fato de a legislação não obrigar distribuidoras ou postos a comunicarem a exigência aos consumidores. O contador Gustavo Costa, que mora em Araruama e estava abastecendo o automóvel em um posto no Rio, é um dos consumidores que não sabia da obrigação da mistura. Ele ficou preocupado ao descobrir que não existem equipamentos disponíveis no mercado capazes de medir o percentual do biodiesel no diesel.

— Eu sabia do biodiesel, mas não que já era obrigatório adicioná-lo ao diesel. É preciso ter aparelhos para fiscalizar os postos e garantir que nós, consumidores, não estamos sendo lesados — disse Costa.

Percentual de biodiesel passará a 4% este ano. O diretor de Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, Ricardo Dornelles, informou que este ano o governo federal vai aumentar para 4% a adição do biodiesel no diesel. Já a meta de 5% prevista para 2013 será antecipada para 2010. O aumento para 4% significará consumo da ordem de 1,6 bilhão de litros de biodiesel por ano, contra volume atual de 1,2 bilhão.

Já o consumo de diesel está em torno de 44 bilhões de litros anuais.

Com o aumento do mercado, Dornelles também concorda que é preciso aprimorar os mecanismos de fiscalização.

Segundo ele, é importante que o mercado desenvolva equipamentos para que os fiscais da Agência Nacional do Petróleo (ANP) possam fazer a medição nos postos.

— É importante que os fiscais da ANP tenham os equipamentos para fazerem a verificação nos postos. O programa do biodiesel deve crescer com segurança e credibilidade — destacou Dornelles.

Alísio Vaz, do Sindicom, destaca que os instrumentos capazes de medir o percentual de biodiesel no diesel são muito sofisticados. Ele estima que apenas cinco ou seis laboratórios são equipados para tal aferição, dos 23 credenciados pela ANP que participam do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis.

Atualmente, a ANP faz a fiscalização da mistura através dos números de venda do diesel e do biodiesel da Petrobras e da refinaria Refap. A Petrobras e a Refap compram o biodiesel nos leilões realizados pela ANP e promovem novos leilões para as distribuidoras comprarem o produto. Com base no volume de diesel comprado por cada distribuidora junto à Petrobras, é vendido o volume necessário de biodiesel para fazer a mistura de 3%.

Brecha para fraude de R\$ 0,04 por litro de diesel. Segundo a agência, as distribuidoras que não comprovarem mensalmente a compra de biodiesel em volume necessário para a mistura têm seus pedidos de fornecimento de diesel para o mês seguinte suspensos.

A ANP informou ainda que, até o fim de março deste ano, metade dos 23 laboratórios de pesquisa credenciados da agência terá os equipamentos para a aferição. Até o fim de abril, serão mais de 90%.

Alísio Vaz concorda com Dornelles sobre a necessidade do desenvolvimento de equipamentos para medir com rapidez, nos postos, o percentual da adição. Ele lembra que, caso uma distribuidora não faça a mistura de 3% de biodiesel, tem vantagem competitiva de cerca de R\$ 0,04 por litro de diesel vendido.

— Quem não fizer a mistura pode ganhar muito dinheiro, pois os volumes envolvidos são enormes — ressaltou Alísio, que defende mais segurança nos processos tanto de controle como de qualidade, para assegurar um mercado equilibrado.

O Sindicom defende, no entanto, que até a implementação do novo sistema de fiscalização a Petrobras continue monitorando a adição de biodiesel pelo volume de diesel comprado.

— Temos alertado a ANP que a Petrobras não pode sair da intermediação enquanto o sistema de fiscalização não estiver implantado. Senão vai ser um salve-se que puder. Um posto que vende dois milhões de litros por mês, por exemplo, pode ter um ganho de R\$ 800 mil — alertou Alísio Vaz.

Fecombustíveis recebeu denúncias de notas frias. A Federação do Comércio Varejista de Combustíveis (Fecombustíveis), que reúne postos revendedores de todo o país, também defende a necessidade de se aprimorar a fiscalização da mistura do biodiesel.

— Esse produto (o biodiesel) merece um cuidado maior.

Não existe um mecanismo confiável para se medir, só alguns equipamentos em poucos laboratórios no país. Não existe equipamento para se fazer teste na rua para o óleo diesel — disse Paulo Miranda, presidente da Fecombustíveis.

Miranda afirmou que a Fecombustíveis recebeu denúncias de fraudes de notas frias de venda de biodiesel, uma delas em São Paulo.

— A revenda também está preocupada com a situação porque o biodiesel custa o dobro do diesel.

A margem da revenda é apertada e se tiver um concorrente que já entra com R\$ 0,04 de lucro, acaba com o mercado legal — destacou.

Inclusão de agricultores familiares na cadeia do biodiesel é apresentada para missão africana – Sítio eletrônico do MDA – 05/02/2009

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) apresentou, na manhã desta quinta-feira (5), o conjunto de ações para a inclusão dos agricultores familiares no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), por meio do plantio de matéria-prima para a produção de biodiesel, para a delegação africana em visita ao Brasil. A palestra foi durante as atividades do programa “África-Brasil: participação social e cooperação internacional”, organizado pela Secretaria-Geral da Presidência da República.

O MDA foi representado pelo coordenador de biocombustíveis da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Marco Antônio Leite, que destacou a vantagem do Programa por ser “além de economicamente viável, ambientalmente correto e socialmente justo”.

O coordenador destacou, entre as ações do MDA para a inclusão da agricultura familiar no Programa de Biodiesel, a criação do Selo Combustível Social, concedido para as empresas produtoras de biodiesel que promovem a inclusão social de agricultores familiares enquadrados nos critérios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Por meio dele, o produtor tem acesso a alíquotas diferenciadas de PIS/Pasep e Cofins, além de melhores condições de financiamento junto ao BNDES e instituições financeiras credenciadas.

Leite apontou como desafios que o MDA vem trabalhando junto aos agricultores familiares o acesso às políticas, a organização da produção, o acesso a tecnologias disponíveis e pesquisa. “Nosso foco é a inclusão dos agricultores no Programa. E isso só é possível por meio da parceria iniciativa pública e privada. E nós trabalhamos neste sentido”, finaliza.

Visita à Secretaria - Nesta sexta-feira (6), a delegação africana visita à SAF/MDA para conhecer um pouco mais as políticas públicas do governo brasileiro voltadas para a

agricultura familiar sob a direção da Secretaria. O programa Africa-Brasil é composto por organizações sociais, governos locais e centrais sindicais da Angola, Marrocos, Zimbábue, África do Sul, Malawi, Moçambique, Namíbia, Costa do Marfim, Quênia, Nigéria, Senegal, Cabo verde e Guiné Bissau.

ANP quer mais biodiesel no diesel este ano – Valor econômico – Brasil - 03/02/2009

A Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) vai dar sinal verde para que o percentual de biodiesel misturado ao diesel aumente ainda este ano. Atualmente, o diesel vendido no país contém 3% de biocombustível. Essa proporção poderá subir para 4%, caso o governo aprove a sugestão da ANP. "A disponibilidade de biodiesel existente no mercado nos permite antecipar o B4 (4% de biodiesel). O ministro (de Minas e Energia, Edison Lobão) quer discutir essa questão", disse o diretor-geral da agência, Haroldo Lima. Já havia sido autorizado, em julho de 2008, o aumento de 2% para 3% na mistura de biodiesel no diesel, o que provocou uma demanda de 1 bilhão de litros de biodiesel. Caso a mistura de 4% seja autorizada, a demanda anual passará para 1,6 bilhão de litros.

A ANP informou ainda que o consumo de combustíveis no país em 2008 registrou o maior crescimento dos últimos cinco anos, com alta de 8,4% em relação ao ano anterior. O destaque foi o consumo de álcool hidratado (álcool combustível), que teve alta de 41,4% em 2008, para 13,2 bilhões de litros.

Etanol

O lado negro da energia verde – Gazeta Mercantil - Crédito: The New York Times – 05/02/2009

As energias eólica e solar têm crescido em um ritmo muito rápido nos últimos anos, e parecia provável que esse crescimento se acelerasse sob a administração Obama, preocupada com o meio ambiente. Mas, devido à crise de crédito e ao colapso econômico mais abrangente, está ocorrendo o oposto: a instalação da energia eólica e da solar está despencando.

As fábricas que produzem peças para essas indústrias anunciaram uma onda de demissões nas últimas semanas, e as associações comerciais estão projetando quedas de 30% a 50% na instalação de novos equipamentos este ano, o que impede a obtenção de mais auxílio do governo.

Os preços das turbinas e dos painéis solares, que dispararam quando começou o boom do setor alguns anos atrás, estão caindo. As comunidades que estavam se dando tapinhas nas costas no ano passado por atrair uma planta de energia eólica e solar estão agora enfrentando os cortes. "Eu pensei que se houvesse alguma indústria à prova de balas, seria essa", disse Rich Mattern, prefeito de West Fargo, Dakota do Norte, onde a DMI Industries de Fargo opera uma planta que produz torres para turbinas eólicas. Embora as planícies das Dakotas do Sul e do Norte estejam entre os melhores lugares do mundo para

as fazendas de energia eólica, a DMI anunciou recentemente um corte de cerca de 20% de sua força de trabalho devido à queda nas vendas.

Muito do problema deriva da crise de crédito que deixou os bancos de Wall Street abalados. Dezoito bancos e instituições financeiras já estiveram dispostos a ajudar a instalação de turbinas eólicas e painéis solares, se aproveitando dos generosos incentivos fiscais federais. Mas com os bancos em tantos apuros, esse número caiu para quatro, de acordo com Keith Martin, especialista em impostos e financiamento de projetos da empresa de advocacia Chadbourne & Parke.

Os fomentadores da energia solar e eólica ficaram sem capital. "Está absolutamente congelada", disse Craig Mataczynski, presidente da Renewable Energy Systems Americas, uma fomentadora da energia eólica. Ele projetou que sua companhia construiria menos da metade do que construiu no ano passado. As duas indústrias estão esperançosas de que o pacote de incentivo econômico do presidente Obama vá ajudar. Mas vai levar tempo, e neste ínterim estão fazendo planos para um período de escassez.

As companhias de energia solar como a OptiSolar, Ausra, Heliovolt e a SunPower, uma vez queridinhas dos investidores, tiveram de demitir trabalhadores. O mesmo fez um punhado de companhias que fabricam torres ou pás para turbinas eólicas no Meio-Oeste, incluindo a Clipper Windpower, a LM Glasfiber e a DMI. Alguns grandes fomentadores do setor eólico, como a NextEra Energy Resources e até mesmo o bilionário texano T. Boone Pickens, promotor da energia eólica, reduziram ou cancelaram seus planos para fazendas eólicas.

Fontes de energia renováveis como a biomassa, que envolve a produção de eletricidade a partir de pedaços de madeira, e a geotérmica, que usa o calor vindo do subsolo para produzir energia, também sofreram desaceleração devido à crise financeira, mas os efeitos têm sido mais pronunciados sobre o setor eólico e solar, que crescia rapidamente.

Devido à necessidade de espaço para acomodar turbinas eólicas gigantes, as fazendas eólicas estão especialmente confiantes em financiamentos concedidos por bancos para 50% dos custos do projeto. Por exemplo, o JPMorgan Chase, que os analistas dizem ser o banco mais ativo que resta no setor de energia renovável, investe em 54 fazendas eólicas e em uma planta de energia solar desde 2003, de acordo com John Eber, diretor gerente para investimentos em energia da companhia.

Na indústria solar, os efeitos propagadores da crise se estendem até os painéis que os proprietários de casas colocam sobre seus telhados. O preço dos painéis solares caiu 25% em seis meses, de acordo com Rhone Resch, presidente da Solar Energy Industries Association (Associação das Indústrias de Energia Solar), que disse esperar mais uma queda de 10% até meados do verão (no hemisfério norte). Contudo, para os proprietários de casas, a economia não vai ser tão substancial, em parte porque os painéis respondem por somente cerca de 60% dos custos totais de instalação.

Depois de anos em que as empresas de instalação tinham de atormentar os fabricantes para se assegurar de que receberiam painéis suficientes, a situação se inverteu. Bill Stewart, presidente da SolarCraft, empresa de instalação da Califórnia, disse que os fabricantes agora telefonavam para dizer: "Hei, precisam de algum produto este mês? Posso enviar um pouco mais"? A mudança reflete a demanda reduzida por painéis solares, assim como um aumento no estoque de painéis e de polisilício, material crucial em muitos equipamentos.

No lado do setor eólico, as turbinas, que tinham de ser pedidas com antecedência, estão se tornando repentinamente disponíveis. "Pelo menos um vendedor disse que tem equipamento para entrega em 2009, quando meses atrás não ele conseguiria aceitar novos pedidos até 2011", escreveu por e-mail Mataczynski da Renewable Energy. Uma vez que reduziu os planos de sua companhia, ele foi forçado a cancelar alguns pedidos para turbinas eólicas, perdendo o depósito já realizado.

Energia - o Brasil na contramão? - José Goldemberg – Estado de São Paulo – Opinião – 16/02/2009

O Ministério de Minas e Energia publicou recentemente o Plano Decenal de Expansão de Energia para os próximos dez anos, em que se prevê um aumento substancial da geração de energia elétrica com usinas termoeletricas, usando carvão, óleo diesel e óleo combustível, principalmente nos Estados do Norte do País.

Em termos práticos o que isso significa é que a tradicional energia hidrelétrica (limpa e renovável), na qual se baseou a industrialização do País e que hoje representa 84% da capacidade instalada, vai cair para 76%. O que se vê pois é um aumento de energia que não é nem renovável nem limpa, na direção oposta do que se tenta fazer em todos os países do mundo.

A Empresa de Planejamento Energético (EPE), responsável pelos leilões de energia, tem uma explicação simples para o que está ocorrendo: a culpa é dos ambientalistas, que criam obstáculos ao licenciamento e à construção de novas usinas hidrelétricas, principalmente na Amazônia.

A EPE argumenta que as termoeletricas constantes do Plano Decenal "são resultado dos leilões realizados" - o que é verdade. O que a EPE não diz é que os leilões são organizados de acordo com o modelo energético adotado no começo do governo atual e que ele é realmente responsável pelo que está ocorrendo.

De acordo com esse modelo, vencem os leilões os empreendedores que oferecerem energia pelo menor custo quando a usina começar a funcionar. Aparentemente, esse é um bom sistema, porque favorece os consumidores, mas tem o resultado perverso que favorece também as usinas que podem ser construídas rapidamente, mesmo que sejam poluentes. Os leilões de energia elétrica são, no fundo, como leilões para a compra de papel para uma repartição pública: vence o de menor preço, independentemente da qualidade, o que é uma receita perfeita para comprar o pior.

A EPE se defende argumentando que cabe ao Ministério do Meio Ambiente e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) cuidar dos problemas da poluição, o que coloca esse órgão da administração pública numa situação difícil, sobretudo quando se trata de construir grandes hidrelétricas que, além de produzir energia, têm impactos além dos ambientais.

As termoeletricas previstas - quase todas no Norte do País - usam óleo combustível e diesel, que a Petrobrás tem em quantidade. Os órgãos licenciadores daqueles Estados são bastante tolerantes e por isso as obras são licenciadas rapidamente. Difícilmente seriam licenciadas em São Paulo. Já as hidrelétricas são licenciadas pelo Ibama, que argumenta que os estudos ambientais apresentados pelos empreendedores têm frequentemente qualidade técnica que deixa a desejar.

Jogar a culpa nos outros é sempre a primeira opção, mas o que se vê no caso de energia é que há um desacerto completo dentro do governo. Por isso surgiram propostas aberrantes para resolver os problemas (além de substituir a ministra de Meio Ambiente). A primeira é a de que grandes obras hidrelétricas na Amazônia seriam declaradas de interesse nacional e o Congresso Nacional autorizaria sua realização sem ouvir os órgãos ambientais. Ela claramente viola a Constituição e parece ter sido abandonada.

Surge agora uma outra, determinando que o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) crie um "procedimento extraordinário" de licenciamento para as obras do PAC, consideradas estratégicas. Ela talvez não seja inconstitucional, mas dependerá de aprovação do próprio Conama e o governo, por meio de decreto, não tem poder de obrigar o Conama a fazê-lo. Além disso, ela introduz regras sobre prazos questionáveis para concessão de licenças.

Essas ideias mostram a confusão que foi criada pelo governo. Parte da razão pela qual o Ibama não tem licenciado obras a tempo é que ele foi "aparelhado" no início do atual governo com ativistas da área ambientalista, dos quais os órgãos do Ministério de Minas e Energia se queixam agora.

A simples profissionalização e o aumento da competência técnica e administrativa do Ibama resolveriam boa parte dos problemas.

O outro aspecto deste problema é que o modelo energético não abre espaço para energias renováveis e eficiência energética, que é precisamente o que a Europa e os Estados Unidos estão fazendo agora.

No que se refere à eficiência energética, os órgãos do governo têm o hábito de menosprezá-la, apesar de existir uma lei aprovada pelo Congresso em 2001 que autoriza o Ministério de Minas e Energia a estabelecer limites máximos de consumo dos equipamentos usados no País. (Essa lei só começou a ser regulamentada, timidamente, em 2008.)

Argumentar que as energias renováveis são caras teria inviabilizado, em 1975, o Programa do Alcool e a energia nuclear, que é tão cara como as renováveis, mas vem sendo subsidiada até hoje. Argumentar, também, que o consumo médio do brasileiro é baixo, e que é essencial aumentar esse consumo para se igualar aos países da Europa, ignora o fato de que nesses países o inverno é rigoroso. Além disso, nossas metrópoles são modernas e nelas se consome energia como em muitos países industrializados.

Onde o consumo é baixo, como nas zonas rurais, é preciso de fato aumentar o consumo e a qualidade dos serviços. O Programa Luz para Todos está fazendo isso. Quanto à judicialização dos processos de licenciamento de hidrelétricas, a ação do Ministério Público às vezes é realmente um problema, mas o que se pode dizer é que é assim em todos os países democráticos e que devemos abandonar o saudosismo dos tempos do autoritarismo.

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL

Etanol

Usinas tentam renegociar dívidas de R\$ 3,45 bilhões - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 12/02/2009

Sem acesso a capital de giro nem condições de oferecer garantias para novos empréstimos, o segmento sucroalcooleiro negocia com o governo uma ampla reestruturação de R\$ 3,45 bilhões em dívidas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bancos comerciais, tradings e fundos de investimento.

As indústrias também pedem a liberação de até R\$ 3 bilhões para financiar os custos da estocagem de etanol ("warrantagem") ao longo da próxima safra de cana-de-açúcar, que deve começar a ser colhida em abril. Pressionados pelo endividamento da indústria, os produtores da cana também buscam renegociar R\$ 267 milhões em financiamentos no BNDES e no Banco do Brasil.



A medida está em discussão nos ministérios da Fazenda e da Agricultura desde dezembro. O tema tem sido tratado com cautela e discrição. Mas parte do governo entende que não pode deixar o setor ainda mais vulnerável ao capital estrangeiro, o que poderia desencadear uma avalanche de compras por investidores e sócios estrangeiros. Por isso, haveria estudos para estimular fusões e aquisições entre empresas nacionais. "O governo sabe como e onde precisa ajudar o setor", diz o coordenador nacional do Fórum de Lideranças do Setor Sucroalcooleiro, Anísio Tormena.

A lista do segmento inclui, ainda, a recomposição do capital de giro das empresas, linhas de financiamento aos compradores (tradings), redução dos custos e concessão de Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACCs) e empréstimos aos produtores para

plântio da matéria-prima. "A warrantagem resolveria as dívidas e evitaria uma queda maior dos preços", diz Tormena, que também preside a Associação de Produtores de Álcool e Açúcar do Paraná (Alcopar). "A captação de recursos para 'mata-mata' [troca de dívidas] está saindo, mas faz 60 dias que ninguém consegue dinheiro novo".

O BNDES, cuja carteira de operações ativas no setor sucroalcooleiro soma R\$ 21,3 bilhões, informa não ter recedido nenhum pedido oficial de repactuação dos financiamentos do setor sucroalcooleiro. Em 2008, o banco de fomento emprestou R\$ 6,5 bilhões para financiar projetos de plântio de cana-de-açúcar, produção de etanol e açúcar, além de iniciativas em co-geração de energia elétrica pelas usinas.

Preocupada com o alto nível de endividamento e as dificuldades para levantar novos recursos no mercado, a indústria reclama dos baixos preços e pede um amplo plano de reestruturação com medidas emergenciais e ações estruturantes de longo prazo. O financiamento dos estoques de etanol daria, segundo dirigentes do setor, estabilidade de preços e garantiria o abastecimento do mercado interno. Sem capital de giro, algumas indústrias têm fabricado mais etanol para cumprir compromissos. Mas isso deprime ainda mais as cotações. Nem mesmo a entressafra provocou uma elevação dos preços.

O segmento vive um momento delicado porque os problemas das indústrias afeta toda a cadeia produtiva. As vendas de carros "flex" caíram e a oferta, mesmo na entressafra, se manteve. Os preços, que costumam disparar 30% neste período, aumentaram menos de 10%. O BNDES alterou as regras do Programa Especial de Crédito, que poderia auxiliar na recomposição do capital de giro. Com juros mais baixos e prazo mais longos, houve autorização para fazer penhor, o que deve ajudar as indústrias. "Por enquanto, não está saindo para ninguém", diz Anísio Tormena.

Os produtores de cana, que têm financiamentos do BNDES para o plântio das lavouras, com aval das indústrias em troca do produto como garantia, afirmam que recebem preços 40% abaixo de seus custos de produção. Por isso, se movimentam nos bastidores do governo para rolar R\$ 60 milhões dessa modalidade com o banco. Há também R\$ 130 milhões em Cédulas de Produto Rural (CPR) no Banco do Brasil. O assunto está sob avaliação do Ministério da Agricultura. Os produtores, sobretudo de Minas Gerais e Goiás, reclamam de atrasos no pagamento pela cana e pelo arrendamento das terras, além da falta de capital gerado pela opção das usinas em deixar no campo boa parte da cana que renderia novos recursos.

CTC vai abrir fábrica que produzirá 1 milhão de mudas de cana por mês - Mônica Scaramuzzo – Valor econômico – Agronegócios - 16/02/2009

O Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), com sede em Piracicaba (SP), planeja inaugurar no início de março sua primeira biofábrica para produzir viveiros de mudas de cana. Atualmente, o instituto de pesquisa, um dos mais tradicionais do país, produz cerca de 500 mil mudas de cana por ano. A meta é produzir 1 milhão de mudas por mês a partir de setembro.

Segundo Nilson Boeta, superintendente do CTC, aporte em biofábrica que será inaugurada em março foi de R\$ 1 milhão

Os investimentos nessa biofábrica ficaram em aproximadamente R\$ 1 milhão, conforme Nilson Boeta, diretor-superintendente do CTC. "Começaremos a trabalhar na nova fábrica a partir de março e em setembro estaremos a pleno vapor", disse.

Para colocar os planos da nova fábrica em prática, o CTC já contratou pesquisadores e agora deverá ter novos técnicos para o centro de pesquisas. O CTC lança, em média, de três a quatro novas variedades de cana por ano. E para a safra 2009/10, que começa em abril, não será diferente. "Teremos novidades", afirmou Boeta.

Essa biofábrica vai concentrar em uma só área o processo de multiplicação da cana. As plantas desenvolvidas em laboratório poderão ser fornecidas pelo CTC e vão substituir o processo de multiplicação em campo.

Também neste ano, o CTC vai inaugurar sua primeira planta-piloto para a produção de etanol de segunda geração, em parceria com a dinamarquesa Novozymes. Os aportes neste projeto estão estimados em R\$ 2 milhões, segundo Boeta. Os dois parceiros estão desenvolvendo há alguns meses pesquisas para a produção de etanol a partir da celulose contida no bagaço e na palha da cana, com a quebra das enzimas. "A partir desta fábrica, teremos condições de avançar nas pesquisas", afirmou.

A parceria entre o CTC e a Novozymes foi formalizada em setembro de 2007. A companhia dinamarquesa é uma das maiores produtoras de enzimas do mundo, com 45% de participação global.

A perspectiva é que a produção de álcool celulósico em maior escala seja possível nos próximos dois ou três anos. No processo de etanol de segunda geração, a celulose da planta é transformada, por meio de enzimas, em outros açúcares, que podem ser fermentados para a produção de etanol. O bagaço da cana é rico em celulose, que é convertido em açúcar. Por meio desse sistema, a produção de etanol poderá dobrar sem aumentar a área plantada.

Fundada há 40 anos, o CTC é uma das principais entidades de pesquisa e desenvolvimento de cana do país. Controlada pela Copersucar até 2004, o instituto de pesquisa tornou-se independente e hoje é mantido por cerca de 180 unidades produtoras de açúcar, etanol e energia. Com 12 mil fornecedores de cana associados, o CTC também mantém unidades regionais nas principais regiões do país. O instituto desenvolve pesquisas nas áreas agrícolas, industriais e logística.

Preço do álcool cai em plena entressafra – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 16/02/2009

Os preços do álcool combustível encerraram a semana passada com forte baixa no mercado paulista, segundo levantamento do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada). Para o período, a queda pode ser considerada atípica, uma vez que as usinas estão em plena entressafra.

O litro do etanol hidratado fechou a R\$ 0,7850 (sem impostos), com recuo de 4,35%. Já o tipo anidro recuou para a R\$ 0,8667 o litro (sem impostos), queda de 1,27% em relação à semana anterior.

Nesta entressafra, cerca de 20 usinas começaram janeiro processando matéria-prima. Segundo Antonio de Padua Rodrigues, diretor-técnico da Unica (União da Indústria da Cana-de-açúcar), esse fator não justifica a queda dos preços. "Em uma quinzena de safra normal, a moagem atinge 38 milhões de toneladas. Na primeira quinzena de janeiro, essas usinas moeram cerca de 2 milhões de toneladas e, na segunda quinzena, cerca de 1 milhão. Não é isso que está pressionando os preços."

Segundo Rodrigues, a estrutura do mercado está equivocada. O consumo mensal está em torno de 1,8 bilhão de litros. Em abril, o estoque de passagem ficará em torno de 1,4 bilhão, abaixo do consumo. "Neste período, algumas usinas já iniciam a nova safra."
(MS)

POLITICA NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS

Etanol

Sem alternativas – Folha de São Paulo – Opinião – 23/02/2009

ENCERRA-SE no próximo dia 28 consulta pública sobre o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDEE 2008-2017), preparado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Como de praxe em tais consultas, haverá margem para algumas alterações cosméticas, se tanto. Uma lástima, porque o país precisa de uma reviravolta no planejamento do setor.

Governos do mundo todo se desdobram para investir em fontes renováveis, a fim de conter a dependência de combustíveis fósseis importados, a emissão de gases que retêm calor na atmosfera e o conseqüente agravamento do efeito estufa. Mesmo países até há pouco refratários, como os EUA, planejam gastos de vulto em alternativas limpas. No Brasil, caminha-se para trás.

A matriz elétrica nacional continuará, segundo o plano, a contar com parcela preponderante de geração por fontes renováveis, hidrelétricas à frente (76% do total em 2017). É um caso raro no planeta. Essa participação, no entanto, estará em queda, pois a fatia das barragens hoje é 84%.

Em contrapartida, crescerá o quinhão das termelétricas a gás natural, óleo combustível e carvão mineral, de 12% para 17%. Todos combustíveis fósseis, emissores

de gases do efeito estufa. Fontes alternativas, como energia da biomassa (bagaço e palha de cana) e eólica (ventos), saem de 1,3% para ínfimos 4%.

Parte desse deslocamento rumo a termelétricas decorre da dificuldade para aprovar projetos mais limpos. Há dois tipos de obstáculos no caminho.

O primeiro diz respeito ao licenciamento ambiental, que recebe grande destaque no plano 2008-2017. A EPE reconhece que pecou no passado por excesso de otimismo com prazos de concessão de licenças. Estima agora, com base nos prazos de fato praticados, uma postergação de 31 projetos hidrelétricos.

A revisão retira 14 mil megawatts (MW) de fontes renováveis da capacidade instalada ao final do decênio. O buraco, equivalente a uma Itaipu, será tapado com termelétricidade fóssil, ao custo adicional de R\$ 2 bilhões, ressalta o estudo sob consulta pública.

Não é de hoje que o setor elétrico lança a culpa na área ambiental pelo impasse da geração, mas o órgão de licenciamento (Ibama) integra o mesmo governo ao qual pertence o Ministério de Minas e Energia. Se faltar energia para a economia nacional, ou se ela sair mais cara, terá sido também por omissão da Presidência da República.

O outro obstáculo se origina com a própria política energética do governo Lula, forjada quando Dilma Rousseff reinava no setor. O critério que privilegia projetos com menor preço de geração apurado em leilões é em princípio correto, mas tem resultado num viés pró-termelétricas: mais rápidas de construir, além de mais fáceis de licenciar em órgãos ambientais estaduais.

Energia limpa que os ventos podem trazer – Idelli Salvatti – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 27/02/2009

Mais do que um leilão ocasional, o país deve definir uma política permanente de exploração dos potenciais eólico e de biomassa

O MINISTRO de Minas e Energia, Edison Lobão, atendendo a uma solicitação que lhe fiz, comprometeu-se a prorrogar por um período de no mínimo 15 dias o prazo para a consulta pública sobre o leilão de reserva de energia eólica. Isso permitirá que a sociedade analise o assunto por mais tempo e elabore críticas e sugestões com a profundidade e a seriedade que o tema requer.

Fazer do limão uma limonada -essa é a oportunidade que se coloca para o Brasil neste momento de crises que se alimentam: a financeira, a energética e, principalmente, a climática. No Brasil, a hidreletricidade é a base do sistema elétrico, com presença superior a 85% da energia efetivamente gerada. Reforçando essa vocação, existe uma perfeita complementaridade entre as fontes hidráulica, eólica e de biomassa. Os períodos secos do ano produzem bons ventos e são também as estações em que se colhe a cana-de-açúcar, com grande produção de biomassa.

Dessa forma, pode-se consumir a energia alternativa e reduzir a demanda das usinas hidrelétricas. O sistema poderá armazenar água e aumentar a reserva de energia hidrelétrica sem ter de construir novos reservatórios. Todas as fontes de energia geram impactos positivos e negativos, sejam eles ambientais, sejam sociais ou econômicos. Atualmente, somos o país de maior potencial para a geração de energia ambientalmente sustentável.

Estamos na região do planeta mais bem servida em termos de ventos adequados à geração de energia elétrica. Ventos de excelente qualidade -velozes e constantes. Entretanto, essa vantagem só vai se realizar caso existam planejamento adequado e políticas públicas que induzam ao desenvolvimento de tecnologias e à exploração desse potencial. Todas as fontes energéticas, em sua fase de desenvolvimento, necessitam de incentivos governamentais para sua consolidação e para alcançarem competitividade.

Foi assim com o petróleo, na histórica campanha "O petróleo é nosso", quando o governo brasileiro decidiu criar a Petrobras, apesar das resistências. No caso da energia elétrica, houve dependência do poder público para sua implantação e essa fonte só alcançou o desenvolvimento atual depois da criação de grandes estatais, como a Eletrobrás. O Estado brasileiro, por meio do Proálcool, deu enormes incentivos para o desenvolvimento da indústria do álcool combustível.

Está sendo assim neste início do século 21, quando o Brasil decidiu ampliar a participação do gás natural em sua matriz energética e contou com a Petrobras para subsidiar e consolidar o mercado de gás até que esse combustível se mostrasse viável. Da mesma forma, para consolidar a realização de seu potencial em relação à geração de energias limpas, o Brasil também precisará criar e ampliar suas iniciativas em políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento e ao aproveitamento das fontes alternativas. Além da questão energética, é importante destacar o papel indutor de desenvolvimento regional que a indústria de energias renováveis pode desempenhar.

O principal potencial eólico, por exemplo, encontra-se nas regiões Sul e Nordeste. O aproveitamento da energia eólica, portanto, será um importante fator de desenvolvimento sustentável para essas regiões. A geração eólica requer a produção de equipamentos de alta tecnologia. O Brasil pode aproveitar seu potencial e seus excelentes técnicos da área aeroespacial a fim de atrair a indústria mundial desses equipamentos. Para tanto, precisamos de política industrial específica.

A possibilidade de assegurar impactos positivos no desenvolvimento nacional da tecnologia é evidente, tanto pelo efeito em cadeia sobre a economia regional quanto em áreas como educação. A instalação da nova indústria poderá induzir a instalação de escolas técnicas e superiores com currículos próprios para a formação de técnicos e especialistas nas tecnologias eólica, de biomassa e de outras fontes renováveis.

Assim, além de garantir sua segurança energética, o Brasil estará agregando desenvolvimento regional e contribuindo decisivamente para a superação da crise climática. Mais do que um leilão ocasional, o Brasil precisa definir uma política permanente de aproveitamento de seus extraordinários potenciais eólico, de biomassa e de outras fontes renováveis.

Está em nossas mãos utilizar nossa cana-de-açúcar e nossos ventos para transformar a crise em oportunidades de desenvolvimento regional, gerando empregos e reduzindo as emissões de gases do efeito estufa. *IDELI SALVATTI , 56, física, é senadora (PT-SC). Foi deputada estadual (95-98 e 99-2002) e líder da bancada do PT e do bloco de apoio ao governo no Senado.

O Brasil acelera em marcha à ré - José Eli da Veiga – Valor Econômico - 17/02/2009

Iniciativas em direção a uma economia de baixo-carbono já revelam as dez mais promissoras inovações tecnológicas dessa inevitável transição: a) isolamento térmico de novas construções conforme o padrão Passivehaus e reformas com o mesmo fim; b) veículos movidos a baterias elétricas; c) biocombustíveis de segunda geração (material lignocelulósico); d) cogeração de energia; e) energia solar, principalmente fotovoltaica (PV) e concentrada (CSP); f) energia eólica; g) energia dos oceanos, principalmente de marés, ondas e correntes marítimas; h) captura de carbono: carvão limpo, algas e limpeza do ar; i) "biochar": carbono sequestrado em carvão vegetal; j) solos e florestas: melhoria dos naturais sumidouros de carbono.

A energia nuclear não entra na lista por razão bem mais prosaica do que os conhecidos riscos que ela envolve: a construção de novas usinas tem ficado muitas vezes mais cara que se supõe. Ultimamente o custo de capital por kilowatt/hora tem se aproximado dos US\$ 10 mil, quatro ou cinco vezes mais do que as previsões orçamentárias. Ao contrário do que ocorre com as dez soluções listadas, ela não segue a chamada curva de aprendizagem.

Ora, nada será mais decisivo para a transição do que preços que possam tornar mais competitivas as alternativas à velha troika fóssil. O processo de descarbonização deslanchará para valer quando os preços relativos viabilizarem a obtenção dos imensos ganhos de eficiência energética oferecidos por várias das dez tecnologias relacionadas acima. O que simultaneamente alavancará as descobertas científicas que, mais adiante, farão com que as fontes fósseis sejam condenadas à obsolescência econômica.

A principal dificuldade está, portanto, na mudança institucional necessária à alteração dos preços relativos. Seus mais ferrenhos inimigos são os atuais beneficiários dos negócios vinculados à produção e à distribuição de eletricidade, petróleo, carvão, gás e derivados. E o acanhamento dos defensores decorre da inevitabilidade de que fique bem mais salgado quitar a conta mensal de luz ou encher o tanque do carro, sem que haja qualquer melhoria imediata de qualidade de vida. Nada parecido com a telefonia celular, por exemplo, absorvida quando ainda era caríssima porque revolucionava a vida de seus primeiros usuários.

Ocorre que essa aversão à carestia energética poderá ser neutralizada se cada domicílio receber de volta um dividendo mensal resultante da repartição igualitária do decorrente aumento de arrecadação fiscal. As famílias com menor consumo de energia sairão ganhando, e as outras passarão a ter um forte incentivo para elevarem a eficiência energética de suas residências e veículos. Esta é a lógica da proposta intitulada "cap-and-dividend", que surgiu nos EUA para superar as desvantagens das anteriores. Basicamente três: imposto sobre as emissões ("carbon tax"), mercado de direitos de emitir ("cap-and-trade"), e cotas de renováveis na geração de eletricidade ("renewable energy mandate"). Em 2009 o Congresso certamente aprovará leis que gerem um híbrido dessas quatro opções. O que levará os EUA a disputar a liderança da próxima

indústria global: a das energias limpas. Vanguarda que por enquanto está na Europa, como mostrou a criação da IRENA: International Renewable Energy Agency (www.irena.org).

Nesse contexto, o Brasil adota posição reacionária, alegando que sua matriz energética já é limpa, devido à hidroeletricidade e ao bioetanol de primeira geração. Um sofisma que evaporará no exato instante em que for divulgado o segundo inventário nacional de emissões de gases estufa. O primeiro já havia revelado que as jurássicas emissões causadas por desmatamentos e queimadas aumentaram 2% entre 1990 e 1994, enquanto as demais davam um salto de 16%. Disparidade que se aprofundou, pois os cálculos da organização "Economia & Energia" para o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) mostraram que as emissões atribuíveis à produção e uso de energias tiveram uma escalada de 45% entre 1994 e 2005, período em que o incremento do PIB foi de 32%. Pior: dobraram no setor energético, enquanto aumentavam 45% no de transportes e 41% no industrial.

Justamente por ter tido a sorte de contar no passado com uma das mais limpas matrizes, o Brasil é agora o único grande emissor que faz caminho de volta ao passado: aumenta a intensidade de gases estufa de sua economia. Mazela que só poderá piorar se forem levados a sério os perdulários planos do Ministério das Minas e Energia (MME): o PDEE-2015, o PNE-2030 e o recém lançado PDE-2017. Três excentricidades que, se postas em prática, sepultariam o PNMC (Plano Nacional sobre Mudança do Clima), aplaudido há três meses pela comunidade internacional na reunião de Poznan.

Mas estão longe de se limitar aos desvarios do MME as evidências de que o Brasil acelera em marcha à ré. Por exemplo, enquanto nos EUA um pacote de estímulo econômico aloca novos US\$ 3 bilhões ao sistema de ciência e tecnologia, aqui o titular do MCT precisa apaziguar representantes da comunidade científica que reagem a corte orçamentário feito pelo Congresso. Simultaneamente, o Ministério dos Transportes faz das tripas coração para tornar prioritária a pavimentação da BR-319. Uma obra que em vez de acelerar o crescimento - a tosca finalidade do PAC - só multiplicará desmatamentos e queimadas de florestas amazônicas, lançando a última pá de cal sobre os nobres compromissos que o governo brasileiro anunciou em Poznan. E sem esquecer a mesopotâmica campanha do Ministério da Agricultura contra o Código Florestal, mais a Medida Provisória 458 sobre a regularização fundiária da Amazônia, que favorecerão novo ciclo de expansão da fronteira predatória.

Em suma, nada de estranho quando se lembra que a nata das elites dirigentes - tanto pró-governo quanto de oposição - comunga a crença de que desenvolvimento seja sinônimo de aceleração do crescimento, além de não dar a mínima importância à qualidade de vida que estará ao alcance das futuras gerações.

José Eli da Veiga, professor titular do Departamento de Economia da FEA-USP e autor de diversos livros sobre desenvolvimento sustentável, escreve mensalmente às terças. Página web: www.zeeli.pro.br.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio

